

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA SOCIEDADE INDÍGENA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Antonia Simone Araújo Silva ¹
Fabiano Hector Lira Muller ²

RESUMO

O presente artigo aborda o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em aldeias indígenas, destacando as particularidades e desafios enfrentados em uma Escola Municipal Indígena, localizada na Aldeia Apompu, quilometro (KM 43) na Rodovia transamazônica do município de Itaituba Pará. São discutidos aspectos relacionados a diagnósticos, percepção e estigma do autismo, bem como a importância da inclusão, apoio adequado e trabalho colaborativo. Experiências e iniciativas bem-sucedidas são apresentadas, como também problemáticas na inclusão em sala comum desse estudante público alvo da educação especial no contexto indígena do povo munduruku. O objetivo geral é analisar a interface da Educação Escolar Indígena com a Educação Especial e conhecer o processo de inclusão de aluna autista na Etnia Munduruku a partir da percepção de familiares e atores da comunidade. Para tanto, optou-se por uma pesquisa qualitativa com caráter exploratório para entendimento de como ocorre o processo de inclusão escolar na sociedade indígena, em região da Amazônia Paraense.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro do Autismo, Educação Indígena, Inclusão Escolar, aldeias, aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro do autismo (TEA), apesar de ter pesquisas ainda restritas e muitas dúvidas envolvidas faz parte da realidade de muitas famílias, afeta uma parcela significativa da população mundial e brasileira. Diante disso é necessário um olhar de forma mais especializada principalmente dentro das escolas, para que não sejam cometidos equívocos no processo de inclusão nas salas de aula comuns. Assim, o acesso, permanência e condições favoráveis de aprendizagem na escola com direito a uma educação inclusiva e equitativa envolve todos os sujeitos sociais, independente de raça, cor, credo religioso, cultura, gênero, etc. e nas aldeias indígenas de modo em geral é um tema complexo que envolve diferentes perspectivas, são particularidades de conviver com a pessoa com autismo e abre-se discussão sobre visibilidade indígena.

As inquietações que levaram a seguir este percurso de pesquisa, dar-se por ter sido docente prestador de serviço em 2023, ministrando aulas para indígenas do curso de pedagogia de uma

¹ Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- prof.antoniasimone@gmail.com;

² Mestre em Ensino pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES) - Rio Grande do Sul
E-mail: fabiano.muller@universo.univates.br.

Instituição de Ensino Superior privada e ter o contato através da disciplina de Educação Inclusiva e Estágio Supervisionado com acadêmicas indígenas que realizaram projetos voltados para educação especial e que nos seus relatos de experiência foi despertando o interesse em pesquisar sobre uma aluna autista indígena. Daí em diante, estreitou-se os laços para se aproximar do objeto a ser pesquisado.

Com base em tais premissas a presente pesquisa objetivou analisar a interface da Educação Escolar Indígena com a Educação Especial e conhecer o processo de inclusão de estudante com TEA na Etnia Munduruku a partir da percepção de atores indígenas da comunidade.

Enquanto ações de encaminhamento, traduzidas em objetivos específicos, estabeleceu-se: (a) proceder com revisão da literatura com foco na inclusão escolar indígena; (b) relatar as dificuldades e desafios que um aluno com TEA enfrenta na educação infantil indígena; mostrar as motivações propostas para garantir que a aluna tenha condições de uma efetiva escolarização.

METODOLOGIA

A pesquisa partiu do rigor científico, recorrendo a abordagem qualitativa como método, utilizando a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Participaram da pesquisa três integrantes da comunidade: a tia paterna e uma moradora da comunidade próxima da família, ambas eram acadêmicas indígenas do curso de pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) Privada e a mãe da aluna com TEA, também indígena. Destarte, foi através do contato entre docente e acadêmicas através das disciplinas ministradas nessa IES que foi possível adentrar no contexto indígena e aprofundar na temática. As participantes acadêmicas numa riqueza de detalhes trouxeram informações relevantes sobre o diferencial de ter uma criança indígena na aldeia e por esse fato ter mudado a concepção dos moradores e professores daquela localidade. Assim, se ampliam as possibilidades de pesquisar os fenômenos das relações sociais ocorridos em vários ambientes, viabilizando a compreensão do contexto a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas.

Assim sendo, os resultados apresentados foram organizados partindo da seleção dos artigos na base de dados definida, a princípio analisado tema, resumo e palavras-chave, para posterior avaliação crítica dos estudos publicados; análise e apresentação dos dados conforme objetivos propostos na revisão da literatura; interpretação dos dados; aprimoramento e atualização da revisão.

Como instrumento para coleta de dados as seguintes técnicas foram utilizadas: entrevista semiestruturada gravada em dezembro de 2023, período em que as acadêmicas estavam em fase final da graduação e escrita de um artigo com relato de experiência para conclusão do ensino superior.

O recorte temporal da pesquisa realizada envolve os anos de 2022 e 2023, período em que a aluna com TEA ingressa na escola e muda o olhar docente em relação à inclusão escolar. Foi crucial na entrada das acadêmicas para iniciar o estágio supervisionado, elaborar e executar projetos de intervenção como parte integrante da disciplina. A observação e a experiência das atividades didáticas-pedagógicas durante as vivências em sala de aula foram fulcrais para compreender como a práxis do ensino se concretiza na vida do estudante com TEA, tendo por base o processo de inclusão escolar e o papel do professor indígena, da sala comum.

Nesse interim, a pesquisa qualitativa permite revisões e alterações possibilitando a reconstrução de novos caminhos. (LUDKE; ANDRÉ, 1986) explicam que é uma pesquisa rica em descrições e transcrições de entrevistas, relatos e outras formas de registro na busca de conhecer a percepção dos participantes. Nessa busca de conhecer, interagimos com os participantes e desenvolvemos uma proximidade em nível pessoal por meio de suas histórias podemos ter uma noção de suas lutas e desafios reais que são descritos e problematizados no contexto de determinadas redes de poder, por meio dos quais significados e saberes específicos são produzidos, com certas consequências para determinados indivíduos e/ou grupos” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 53).

É um estudo que traz as narrativas e impressões vividas a partir do contato com a Escola Municipal Indígena que oferta a Educação Infantil no Pré I e II e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, atendendo um total de 15 alunos (turma multisseriada), 06 alunos da educação infantil e 09 alunos das séries iniciais, com duas professoras indígenas, sendo uma professora responsável. Uma professora é formada em pedagogia e a outra está em fase de formação no ensino superior também em pedagogia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender a direção de um sistema educacional inclusivo é necessário realizar ruma retrospectiva para compreender os aspectos históricos, filosóficos, culturais e legais envolvidos. Nesse percurso histórico diferentes civilizações marcam sua trajetória no tratamento às pessoas com deficiência promovendo o abandono, a exclusão e o preconceito até que se pudesse chegar a um sistema denominado inclusivo.

Ao longo dos tempos diferentes versões foram escritas, reescritas, interpretadas e delineadas de diferentes versões e perspectivas, em específico a temática da deficiência sendo atribuído na maioria dos casos valores negativos. A mudança tem que ser cultural de imaginários e de estigmas construídos que é o capacitismo, pois uma sociedade que não pensa, nem considera suas especificidades, que tem uma normatividade para os corpos e mentes, do que é produtivo e útil, nunca será inclusiva.

Quando se contempla o mundo do aluno com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) a Lei 12.764/2012 - Berenice Piana deixa evidente que o transtorno é classificado como um dos transtornos do neurodesenvolvimento, presente desde a infância, com comprometimento significativo no comportamento, comunicação e socialização. É uma condição que torna a vida do indivíduo com características e peculiaridades que restringem sua vida quando não há intervenção. O importante é conhecer sobre o transtorno, depois conhecer mais a criança e não a rotular a um diagnóstico.

Quando traz o TEA para a sociedade indígena a visão tradicional desse povo sobre o autismo pode variar de acordo com a cultura e as crenças de cada grupo. No entanto, é importante ressaltar que existem desafios e estigmas enfrentados pelas pessoas com autismo nessas comunidades. Em algumas aldeias indígenas, o autismo pode ser interpretado de forma negativa, sendo associado a algum tipo de castigo ou maldição. Isso pode levar a estigmas e discriminação, que muitas vezes são excluídos e marginalizados pelo povo indígena. Além disso, a falta de conhecimento sobre o autismo pode dificultar o diagnóstico e o acesso a serviços de saúde adequado, muitas vezes, as características são confundidas com comportamento considerados 'diferentes' ou 'estranhos' pela comunidade, o que pode levar a tratamento inadequado ou falta de suporte necessário.

Os desafios enfrentados pelas pessoas com autismo nas aldeias indígenas também podem incluir a falta de recursos e infraestrutura para atender às suas necessidades específicas, falta de profissionais devidamente capacitados e de programas de intervenção adequados que quando não existentes pode dificultar o processo de ensino e aprendizagem e a inclusão desses sujeitos. Ainda assim, houve avanços significativos na compreensão e diagnósticos do TEA de forma geral, e entre os indígenas como algo ainda em pauta, assim como na implementação de políticas educacionais. Silva; Grupioni (1995, p.14) fala da diversidade, do reconhecimento às diferenças:

Abriu-se, assim, caminho para o reconhecimento das diferenças culturais existentes em nossa sociedade e da importância de gerarmos modelos educativos e práticas pedagógicas que possam satisfazer as necessidades básicas de educação do povo brasileiro. Este é um dos compromissos que o Estado brasileiro assumiu ao elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos. Trata-se, portanto, de oferecer um

programa adequado a realidade das minorias étnicas do País e, também, de reverter a imagem preconceituosa e equivocada ainda existente sobre as sociedades indígenas.

Assim o autismo em comunidades indígenas passa a ser discutido e ampliado pois a escola indígena passa a se preparar para receber estudantes com características diferenciadas. E devem saber que o autismo não é um transtorno visível, pois não possui uma característica física forte, a não ser que venha junto com outra comorbidades que já se trata de outro caso, porém quando a pessoa possui somente o TEA é possível observar pelo comportamento e não por traços físicos determinantes. Schmidt (2021, p.7) caracteriza o TEA como:

Chama-se de autismo uma condição possível de ser identificada logo na primeira infância, quando as crianças diagnosticadas apresentam uma forma diferente de se comunicar com os outros. Para algumas, a fala simplesmente não aparece ao longo de todo o desenvolvimento, já para outras, com o mesmo diagnóstico, a fala está presente, mas com diversas peculiaridades. Não somente a fala, mas toda a comunicação parece ser afetada, desde o uso de gestos, como o apontar, as expressões faciais, o olhar, até os movimentos corporais. Soma-se a tudo isto comportamentos inflexíveis e repetitivos que desafiam o que conhecemos até então sobre o desenvolvimento humano.

Oliveira (2017, p. 233) enfatiza que:

O transtorno do espectro autista (TEA) é um grupo de distúrbios de desenvolvimento neurológicos de início precoce, caracterizado por comprometimento das habilidades sociais e de comunicação, além de comportamentos estereotípicos. Embora definido por estes principais sintomas, e fenótipos dos pacientes com TEA pode variar muito, abrangendo desde indivíduos com deficiência intelectual (DI) grave e baixo desempenho em habilidades comportamentais adaptativas, até indivíduos com quociente de inteligência (QI) normal que levam uma vida independente. Esses indivíduos também podem apresentar uma série de outras comorbidades, como hiperatividade, distúrbios de sono gastrintestinais, epilepsia.

A inclusão de uma criança autista indígena na educação infantil é desafiante, são mares turbulentos a serem enfrentados, as implicações envolvem os fundamentos de uma educação que nasce de processos de exclusão arraigados de sofrimento até alcançar os processos de inclusão ainda com declives. Por outro lado, o recorte de fatos ocorridos nos permite trazer a deficiência para um lugar que de fato contribui e potencializa as formas de compreender o mundo.

Para Portugal; Hurtado (2015), a educação inclusiva indígena é uma educação diferenciada, que visa valorizar a cultura do índio e respeitar as suas diferenças sociais em relação à sociedade urbana. O indígena aprende a ver o mundo de outras formas, cores e sabores, são experiências que convidam a conhecer esse sujeito diverso e assim se aprimorar, entender e abraçar a causa na luta por uma educação inclusiva que emancipa.

Barcelos; Marders (2012, p. 33) em pesquisa realizada sobre a inclusão escolar nas aldeias indígenas, voltadas para pessoas da comunidade e alunos indígenas com deficiência, colheu um relato da professora indígena Terezinha Pereira, Potiguara, no Ceará:

A escola veio, se instalou no nosso meio e não pediu licença. Nós, como professores indígenas, temos que mudar essa escola, temos que garantir que ela tenha qualidade. Para isso, temos que estudar a legislação, para conhecer e conquistar novos direitos.

Quando falamos sobre inclusão escolar indígena, precisamos refletir todas as questões, pois é um povo que possui uma cultura e costumes milenares, porém isso não os abstém de incluir, se prepararem para oferecer um atendimento equitativo, possibilitando o acesso e permanência escolar.

É de início uma discussão difícil, pois segundo as tradições e baseado no que os anciãos relatam, era difícil aceitar conviver com uma criança que nascia com deficiência, pelo fato das condições que viviam, eram tempos de práticas com diferentes construções culturais, pensadas a partir de um lugar que demarca o limite da vida. Por isso, em alguns casos essas crianças disformes eram abandonadas nas florestas e quando não condenadas ao acaso, o pai ou a mãe resolviam salvar o filho daquela sentença, mas sabendo que sofreriam discriminação e até exclusão do convívio cultural. Foram tentativas de avanços e retrocessos com implicações que derivam de princípios que revelam um modo de olhar e conceber a deficiência em detrimento da pessoa.

Sá e Caiado (2018, p. 401) trazem documentos para dar legalidade aos direitos humanos, tendo como base a interface da educação especial:

Neste sentido, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (realizada em Nova York no ano de 2007), promulgada pelo Decreto n°. 6.949 de 2009(BRASIL, 2009), foi o primeiro documento que apontou preocupações com as difíceis situações enfrentadas por pessoas com deficiência que estão sujeitas a formas múltiplas de discriminação, em virtude de sua cor, sexo, origem nacional étnica, nativas dentre outras.

As pessoas com deficiência, com TEA, com altas habilidades e/ou superdotação conseguiram assegurar direitos fundamentais a partir do aparato jurídico e galgar grandes conquistas, principalmente no que tange no campo da educação, no enfrentamento ao racismo, ao capacitismo e a discriminação. Hoje são muitas as leis que asseguram o direito desse público alvo da educação especial de estar presente em diferentes lugares, ocupando espaços com autonomia e dignidade.

Nessa perspectiva, o percurso para a inclusão, com ênfase na educação indígena proporciona díspares abordagens e intervenções que permitem o alcance da pessoa com TEA, de forma a estimar suas expressões e qualidades, bem como nos seduzem a um aprendizado ininterrupto sobre o

espectro autista. Ponderar a inclusão e sobretudo concretizá-la, consiste em um desafio a ser encarado a partir da consolidação de saberes e partilhas de experimentos que adotem o lugar da pessoa no mundo, apreciando o que se apresenta como singular em sua expressão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de campo com revisão da literatura que consiste numa investigação que toma como fonte de dados a bibliografia disponível sobre o tema pesquisado. Sampaio e Mancini (2007) afirmam que este tipo de estudo oferece um resumo das investigações relacionadas a uma determinada temática "mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação" (p.84).

As discussões (análises) geradas a partir dos resultados mostram os avanços da educação inclusiva indígena por receber uma aluna com TEA e mudar a rotina da escola na aldeia. Como também por levar a comunidade a realizar ações inclusivas para modificar o entendimento sobre o autismo com o envolvimento dos caciques, capitães, lideranças comunitárias, pessoal da saúde -SESAI, professores indígenas com atividades envolvendo depoimento da mãe da aluna com TEA, ambas indígenas.

Outro impacto positivo foi a mudança de atitude dos professores, a preocupação em solicitar da Secretaria Municipal de Educação cursos de formação para a educação inclusiva. A metodologia se diversificou para atender algumas especificidades da aluna como orientar os colegas de turma a manter silêncio durante as aulas, como também investir em atividades lúdicas, envolver práticas rotineiras envolvendo a natureza e o entorno da escola.

Em relação ao seio familiar foi incrível ter conhecimento da aceitação da família desde os anos iniciais de nascimento da pequena autista, de estarem levando a criança para tratamento com neuropsiquiatra, fonoaudiólogos, psicólogos para terapia ocupacional. De superarem as pressões externas e internas da comunidade indígena, da própria família e da escola a princípio.

Foi louvável e necessária a intervenção das duas acadêmicas que de posse de conhecimento científico através de disciplinas do curso de pedagogia e do estágio supervisionado puderam apoiar a família e a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar em território indígena é uma realidade que implica transformação cultural é processo de mediação dialógica, se constituirá para a inclusão quando a ação pedagógica e a educação escolar indígena se pautem, fundamentalmente, na escuta sensível do outro e no cuidado para com suas especificidades históricas e culturais.

Na realização da revisão da literatura as dificuldades foram latentes para encontrar publicações que ligassem diretamente a escolarização do aluno com TEA na sociedade indígena, principalmente quando se restringe à educação infantil.

Fica evidente na revisão da literatura e no resultado da pesquisa de campo que as ações devem ser inclusivistas e não limitadoras, principalmente quando se pensa na dimensão humana. A atuação docente na educação indígena apontou trajetórias com ranços e avanços no que tange às mudanças de comportamentos e atitudes excludentes, de expectativa em relação à diversidade de forma que os professores indígenas aos direitos de escolarização e aprendizagem.

Receber a aluna na escola foi desafiador, provocou tensões, mas as dificuldades que apareçam não foram ser vistas como empecilho ao processo de aprendizagem e a luta da mãe foi primordial para que todos os sujeitos escolares entendessem que precisam se reinventar.

A pesquisa mostrou que processo educativo das comunidades indígenas é um campo que também apresenta significativas distinções, apresenta diferentes perspectivas em relação aos moldes da educação escolar não indígena. E considerar essas especificidades é respeitar a diversidade étnica e de outro lado a inclusão no favorecimento da pluralidade.

A falta de esclarecimentos sobre o TEA, sobre deficiências, necessidade urgente de formação continuada, de situações específicas de metodologias diferenciadas para alunos com autismo e de forma gradativa ampliar o leque inclusivo.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Valdo Hermes de Lima. MADERS, Sandra. Educação escolar indígena e inclusão: por uma pedagogia do cuidado e da escuta, **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 34-50, jan./abr. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei 12764/2012. Disponível em acesso em 20 mar 2024.

SCHMIT, Carlo. Prefácio: AUTISMO: Caminhos para inclusão. In: In: CAMINHA, V. L. P. S. *et al* (Org). AUTISMO: Caminhos para inclusão. Bogotá/Colombia. Editora: ÌberAM - **Corporación Universitaria Iberoamericana**, 2021.

OLIVEIRA, Karina Griesi SERTIÉ, Andréa Lourato, transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético, Einstein, **São Paulo**, 2017.

MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar. PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: **Mazza Edições**, 2012, p. 15-22.

PORTUGAL, AR., and HURTADO, LR., orgs. Representações culturais da América indígena [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2015. Desafios contemporâneos collection, 266 p. ISBN 978-85-7983-629-9. Available from SciELO Books.

SÁ, Michele Aparecida de; CAIADO, Kátia Regina Moreno. Educação Especial na Educação Escolar Indígena: contribuições da pesquisadora Marilda Moraes Garcia Bruno. **Interfaces da Educ., Paranaíba**, v.9, n.27, p. 399-417, 2018ISSN 2177-7691. Disponível em:< <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/3132/2636>>. Acesso em 12 de mar 2024.

SILVA & GRUPIONI. A temática indígena na escola. São Paulo: **Editora Global**, 2000.